



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2024**

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.390, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE ESTABELECE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/RS, CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º** O §1º do art. 16 da Lei Municipal nº 4.390, de 21 de dezembro de 2021, que estabelece o Código Tributário do Município de São Sebastião do Caí/RS, consolida a legislação tributária e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.16. (...)

§1º. Para aplicação da alíquota reduzida prevista no caput deste artigo o interessado, em cada exercício, deverá encaminhar requerimento junto ao fisco municipal até a data a ser estipulada por decreto.

**Art. 2º** O *caput* do art. 36 da Lei Municipal nº 4.390, de 21 de dezembro de 2021, que estabelece o Código Tributário do Município de São Sebastião do Caí/RS, consolida a legislação tributária e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.36. Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo III, deduzir-se-á da base de cálculo do imposto o valor dos materiais produzidos pelo próprio prestador do serviço fora do local da prestação e por ele comercializados com a incidência do ICMS, observado o disposto no § 1º do art. 36.

**Art. 3º** O §1º do art. 36 da Lei Municipal nº 4.390, de 21 de dezembro de 2021, que estabelece o Código Tributário do Município de São Sebastião do Caí/RS, consolida a legislação tributária e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:



Art.36. (...)

§1º. A dedução do valor dos materiais fornecidos somente poderá ser feita quando estes se incorporarem diretamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação, e a data da emissão da nota fiscal dos materiais se referirem ao mesmo período da medição ou conclusão da etapa.

**Art. 4º** Ficam revogados os incisos I e II do *caput* do art. 36 da Lei Municipal nº 4.390, de 21 de dezembro de 2021, bem como as suas respectivas alíneas.

**Art. 5º** O §2º do art. 36 da Lei Municipal nº 4.390, de 21 de dezembro de 2021, que estabelece o Código Tributário do Município de São Sebastião do Caí/RS, consolida a legislação tributária e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.36. (...)

§2º. Os valores das subempreitadas relacionadas com a obra poderão ser deduzidos quando devidamente comprovado o recolhimento do ISSQN.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,



**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal.





## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores!**

Através do anexo Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para alterar o Código Tributário deste Município, no sentido de se modificar:

- A data prevista no §1º do artigo 16, a saber, 31 de agosto, para outra data a ser estipulada por decreto.
- Prever que a possibilidade de dedução dos materiais empregados na construção civil, para fins de tributação do ISSQN pelos itens 7.02 e 7.05, somente ocorrerá se estes forem produzidos fora do local da obra e comercializados pelo prestador com a incidência do ICMS, podendo tal dedução ocorrer a partir do momento em que tais materiais se incorporarem diretamente à obra,

O motivo da alteração do §1º do artigo 16 é no sentido de se trazer maior flexibilidade na alteração desta data, principalmente quando diversos contribuintes perderem o prazo para o requerimento da alíquota reduzida prevista no *caput*.

Já, com relação às alterações previstas no *caput* e parágrafos do art. 36, estas decorrem da jurisprudência pátria. Consoante entendimento exarado pela Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e confirmado pela Segunda Turma no REsp 1916376/ RS, a base de cálculo do Imposto sobre Serviços, na construção civil, é o preço total do serviço contratado. Assim, não é possível deduzir os materiais empregados, exceto se forem produzidos fora do local da obra e comercializados pelo prestador com a incidência do ICMS.

O prazo para entrada em vigor da lei, a saber, 1º de janeiro de 2025, dá-se em razão das anterioridades anual e nonagesimal.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei Complementar seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 09 dias do mês de setembro de 2024.



**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

## COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Assunto: Expediente – PLC 005/2024 – CM 174/24

Relator: Elson Lopes

Projeto de lei Complementar do Executivo Municipal que altera a Lei Municipal nº 4.390, de 21 de dezembro de 2021, que estabelece o Código Tributário do Município de São Sebastião do Caí/RS, consolida a legislação tributária e dá outras providências.

### PARECER

Sou de parecer **favorável** à aprovação do projeto de lei.

Em 03 de outubro de 2024.

  
Vereador ELSON LOPES  
Relator

Voto dos Vereadores Diego Flores e Dilson Dioclecio Pires: de acordo com o relator.

### PARECER CONCLUSIVO

A CGP é, por unanimidade, **favorável** à aprovação do projeto de lei.  
Em 03 de outubro de 2024.

  
Vereador DIEGO FLORES  
Presidente

  
DILSON DIOCLECIO PIRES

  
ELSON LOPES